



1º SIMULADO
2ª Fase XXXIII Exame
REPESCAGEM

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Diego Cerqueira

O Município Beta, situado no Estado Y, devido ao crescimento do comércio, passou a receber um maior de turistas. Diante do intenso fluxo de carros e acidentes ocasionados, visando evitar o agravamento desse quadro, a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº 0101/2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nas vias urbanas e proíbe os menores de 10 (dez) anos de viajar nos bancos dianteiros dos veículos. E ainda, proíbe o transporte remunerado de passageiros por meio do uso de aplicativos, objetivando diminuir a quantidade de carros nas ruas. A justificativa utilizada foi que a Lei Orgânica local dispõe sobre a necessidade de garantir a segurança dos usuários no trânsito. O Partido Político União, que somente conta com representantes na Câmara dos Deputados, entendeu que a Lei nº 0101/2020 seria dissonante de comandos estruturais da Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando a situação narrada, na condição de advogado (a) do partido político União, utilizando-se do instrumento constitucional adequado, elabore a medida judicial cabível. (Valor: 5,00) Obs: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	

50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	



81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	

112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	



143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 1

A Lei nº 222, promulgada em 1985, possui todos os dispositivos em consonância material e formal com a Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/1969. Porém, o STF constatou, em sede de recurso extraordinário, que depois da atuação do Poder Constituinte Originário, que deu origem à Constituição de 1988, o art. 1º da mencionada Lei deixou de apresentar suporte material na atual ordem Constitucional. Considerando essa situação hipotética, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) É possível afirmar que o STF fez o juízo de constitucionalidade pelo controle difuso?
- b) Com relação à Constituição anterior, seria possível aplicar o fenômeno da desconstitucionalização?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 2

Em 2020, uma pandemia assombrou o mundo. Como tentativa de parar o vírus altamente contagioso algumas medidas foram tomadas, como a decretação do Estado de Calamidade Pública em âmbito federal. O seu reconhecimento objetiva autorizar ao presidente que ultrapasse os limites previstos nas previsões orçamentárias e desobedeça às metas fiscais para custear ações emergenciais de combate à pandemia. Diante da situação, o Ministro da Saúde e os Governadores de estados tomaram diversas providências de caráter excepcional. Muitas das medidas atingem direitos fundamentais, como o direito de reunião e o de locomoção, visto a necessidade de isolamento e a chamada quarentena.

- a) É possível afirmar que as medidas citadas que atingem direitos fundamentais estão eivadas de inconstitucionalidade?
- b) Os direitos fundamentais, a exemplo do direito reunião e da liberdade de locomoção, se revestem de caráter absoluto?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 3

Após muita discussão e pressão da sociedade sobre brechas nos tipos penais existentes, o Presidente da República dispôs, mediante decreto, acerca da criação de um novo tipo penal. O Congresso Nacional, entendendo que o Decreto é inconstitucional resolveu tomar uma medida para impedir a criação do novo tipo penal.

- a) Qual a medida a ser adotada pelo Congresso Nacional?
- b) É possível afirmar que o Presidente da República pode criar um novo tipo penal por meio da edição de medida provisória?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

Preocupado com a concorrência de eletrodomésticos produzidos nos Estados Unidos e com o saldo da balança comercial, o Presidente da República, no dia 2 de maio, editou medida provisória determinando o aumento da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos provenientes daquele país. Entretanto, passados 30 (trinta) dias, o Congresso Nacional rejeitou a medida provisória, não a convertendo em lei. Com base no caso acima, responda fundamentadamente os itens a seguir.

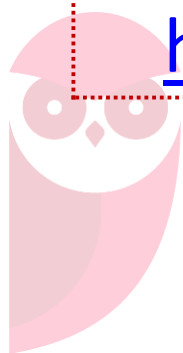
- a) É correto afirmar que, após a rejeição, a medida provisória terá eficácia por mais 30 (trinta) dias?
- b) Com a perda da eficácia da medida provisória, é possível que o Presidente da República, mediante relevância e urgência, venha a reeditá-la na mesma sessão legislativa?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>



Estratégia
OAB